

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DO
FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

Processo nº 0225978-60.2018.8.19.0001

A **ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL** da recuperação judicial da
empresa **SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA.**, devidamente
nomeada por este douto Juízo, vem, nos termos do artigo 22, II, c), da Lei
11.101/2005, apresentar seu

29º RELATÓRIO MENSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DADOS RELEVANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. A fim de conferir aos credores e interessados uma maior facilidade e transparência na obtenção das datas e prazos inerentes à presente R.J., a A.J. apresenta abaixo quadro sintético com estas informações, que serão atualizadas conforme os avanços da recuperação judicial:

Cronograma Processual		
Processo nº: 0194044-84.2018.8.19.0001		
Recuperanda: Sinopec Petroleum do Brasil		
Data	Evento	Lei 11.101/05
16/08/2018	Ajuizamento do pedido de recuperação	
23/08/2018	Deferimento do pedido de recuperação	art. 52, I, II, III, IV e V e §1º
23/08/2018	Termo de Compromisso da Administradora Judicial	Art. 33
30/08/2018	Publicação do deferimento no DJE	
24/09/2018	Publicação do Edital de Convocação de Credores	art. 52, §1º
24/06/2019	Encerramento do Período de Suspensão (<i>stay period</i>)	Art. 6º, § 4º
09/10/2018	Prazo Fatal para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
29/10/2018	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
23/11/2018	Prazo fatal para apresentação da Relação de Credores do AJ	Art. 7º, § 2º
07/01/2019	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
07/01/2019	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, §2º
06/02/2019	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
17/01/2019	Fim do prazo para apresentar impugnações judiciais à relação de credores (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º

03/05/2019	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 36
17/05/2019	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
31/05/2019	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
10/01/2019	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após do deferimento da recuperação)	art. 56, §1º
24/06/2019	Sentença de homologação do PRJ	art. 58
22/07/2019	Publicação de aviso aos credores sobre a homologação do PRJ	
24/06/2021	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão da recuperação judicial)	art. 61

- Eventos Ocorridos

- Eventos não ocorridos

STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

2. Após a apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela recuperanda e da consolidação da relação de credores pelo A.J., foram disponibilizados os editais previstos nos artigos 7º, § 2º e 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, devidamente publicados na Imprensa Oficial no dia 07/01/2019, momento em que se iniciou o prazo para eventual objeção ao Plano, na forma da LRE.

3. Instalada a Assembleia Geral de Credores, em segunda convocação no dia 31/05/2019, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda foi aprovado pelos credores presentes, observado quórum de votação previsto no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, conforme ata de assembleia apresentada por este A.J. às fls. 8.862/9.047 do processo principal.

4. O Plano de Recuperação Judicial foi homologado por este Douto Juízo, conforme decisão de fls. 9985/9997, datada de 24/06/2019.

5. Após a decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial foi publicado o Aviso aos Credores na Imprensa Oficial e no jornal Valor Econômico em 22/07/2019, nos termos da decisão de fls. 9985/9997, momento em que se iniciou o prazo para apresentação dos dados bancários e opção de pagamento conforme consta no PRJ.

6. Buscando ainda conferir máxima publicidade e transparência aos credores, a A.J. enviou carta registrada aos mesmos, alcançando um total de 1.147 (mil centos e quarenta e sete) cartas, informando-os acerca da homologação do Plano de Recuperação Judicial e do termo inicial para apresentação dos dados bancários e as opções de pagamento que pretendem aderir, conforme PRJ aprovado.

7. A partir da publicação do informativo no dia 22/07/2019, iniciou-se o prazo para que os credores informassem a opção de pagamento e os dados bancários para que fosse iniciada a fase de pagamento, que vem sendo acompanhada pela administração judicial.

DAS ATIVIDADES DA RECUPERANDA

10. Buscando se atualizar com relação às atividades da recuperanda e verificar sua operacionalidade, a Administração Judicial encaminhou correspondência a mesma com questionamentos relacionados à atividade, estrutura física, financeira e societária, solicitando-se, ainda, as demonstrações contábeis relativas ao mês de novembro de 2020, conforme determina o artigo 52, IV, da Lei nº 11.101/2005¹ e decisão de fls. 396, item IV².

¹ Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: (...) IV – determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

² Decisão de fls. 396: “IV - Determino à requerente que apresente contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;”

11. Além disso, atendendo à Recomendação 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Administração Judicial, na busca pela padronização dos relatórios mensais e pela efetividade da prestação jurisdicional, também encaminhou à Recuperanda o formulário contido no Anexo II da referida recomendação.

12. Todavia, a Recuperanda até a presente data não apresentou suas respostas ao formulário, nem ao pedido de informações, não tendo apresentado, também, as demonstrações contábeis.

13. Sendo assim, a fim de conferir cumprimento aos termos do artigo 52, IV, da Lei nº 11.101/2005, esta A.J., *s.m.j, d.m.v.*, pugna pela intimação da recuperanda para apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, as contas demonstrativas do mês de dezembro de 2020, bem como as demais informações solicitadas pela Administração Judicial, sob as penas da Lei.

E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2021.



NASCIMENTO E REZENDE ADVOGADOS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Wagner Madruga do Nascimento
OAB/RJ 128.768

Bruno Galvão S.P. de Rezende
OAB/RJ 124.405

**EQUIPE JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL -
COORDENADORES**



Armando Roberto R. Vicentino – OAB/RJ 155.588



Alexandro Cruz de Oliveira – OAB/RJ 161.886



Gustavo Gomes Silveira – OAB/RJ 89.390

**EQUIPE CONTÁBIL-FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
- COORDENADORES**

Marcus Vinicius Rocha da Silva

Marcus Vinicius Rocha da Silva - CRC/RJ 116.110/O
Contador